

Processo n.º 425/2026
Pregão n.º 90011/2026
ID CidadES n.º 2026.500D1400001.01.0007

EDITAL N.º 90011/2026
(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME E EPP)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sediada na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, por intermédio deste Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria DPES n.º 145, publicada em 1º de fevereiro de 2024, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 5354-R-2023 e demais normas aplicáveis, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** conforme as regras descritas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 30/04/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

UASG: 926622

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP: SIM

MODULO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PERMITE CONSÓRCIO: NÃO

PERMITE SUBCONTRATAÇÃO: SIM

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para o **registro de preços para a eventual aquisição de açúcar** de acordo com os termos e especificações estabelecidas no Termo de

Referência e Estudo Técnico Preliminar, Anexos I e II deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras Governamental e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. As especificações e o valor unitário e total estimado para a contratação encontram-se descritos no modelo de proposta, que constitui o Anexo III deste Edital.

OBS: Os valores apresentados do Estudo Técnico Preliminar são estimativos iniciais à contratação não devendo ser confundidos com os valores máximos permitidos para esse certame, sendo o mesmo disposto no ANEXO III.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até às 23h59min (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, **poderá impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

2.3. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. Não colhida a impugnação contra este edital, a Decisão do Pregoeiro será encaminhada a Autoridade Competente para manutenção ou não da decisão.

2.6. Os **pedidos de esclarecimentos** deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 18h (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.7. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para os interessados.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Defensoria Pública responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda

que por terceiros.

3.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta em qualquer esfera de Governo, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Defensoria Pública, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

3.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

3.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

3.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Defensoria Pública, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

3.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

3.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

3.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

3.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total de cada item, observados o quantitativo e a unidade fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2. Não será aceita proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta.

4.5. A omissão de quaisquer informações que trata o item anterior, implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.7.1. de condições de participação:

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.7.2. para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.7.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras

normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, se aplicável.

4.8. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, ou queira participar da licitação, deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.11. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “ABERTO-FECHADO”**.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

6.3.2.1. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.4. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.5.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

7.5.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.8. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.9. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.]

8.1.2. **A presente seção somente será aplicada em relação aos itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's).**

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal e do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será considerada vencedora a proposta de **menor valor total do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.1.1. Não serão aceitas propostas cujos valores unitários de cada item sejam superiores ao valor estimado para a contratação, apurado na pesquisa de preços.

9.1.2. No caso de a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar conter itens com valor superior ao estimado, o pregoeiro poderá negociar a sua redução até o valor aceitável.

9.2. O objeto deste pregão será adjudicado por item ao licitante cuja proposta seja considerada

vencedora.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

- a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;
- b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- c) Quando exigido, a indicação da marca, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;
- d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

11.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.3. O prazo para envio da proposta será de 3 (três) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado ou diminuído, motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

11.4.1. A apresentação dos materiais e documentos a que se refere o subitem 11.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pela Defensoria Pública.

11.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida

pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.6. A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.7. A Defensoria Pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

11.7.1. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

11.8. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo aceitável constante no Anexo III.

11.9. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.10. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DA AMOSTRA

12.1. Não será exigida amostra para esse certame.

13. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

13.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

13.3. Caso os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista não estejam atualizados no SICAF, para fins de habilitação a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

13.3.1. Quanto à **habilitação jurídica**:

- 1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação ou alterações em vigor;
- 3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documentos de eleição da diretoria em exercício;
- 5) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual.

13.3.2. Quanto à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

14. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

14.1. Para fins de habilitação técnica, não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica.

14.2. A comprovação da aptidão técnica e da regularidade operacional da licitante dar-se-á mediante o cumprimento integral das exigências estabelecidas no Item 10.4 do Termo de Referência.

15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida:

15.1.1. **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.1.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

15.1.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

16. DOS OUTROS DOCUMENTOS

16.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.7 deste edital.

16.2. Os documentos exigidos nesta seção que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

16.3. O prazo para envio dos documentos de que trata essa seção e de no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

16.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

16.5. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

16.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

16.7. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

16.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, no endereço constante do rodapé) ao cuidados do Pregoeiro, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

16.9. Encerrado o prazo para envio da documentação complementar, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

16.10. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada conforme as regras previstas nesta seção, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

16.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

16.12. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

16.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração

contratual ou transferência de acervo técnico.

16.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16.15. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

16.15.1. Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.15.2. Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.16. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

16.17. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

16.19. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.20. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

16.21. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

17. DAS OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS

17.1. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;

- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

17.3. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

17.4. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à Autoridade Superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

18. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

18.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

19. DO RECURSO

19.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

19.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

19.3. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 18.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

19.4. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais.

19.5. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos

do procedimento administrativo licitatório.

19.6. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Defensor Público-Geral para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

19.8. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado exclusivamente pelo Defensor Público-Geral.

20.2. O objeto deste Pregão será adjudicado à vencedora do certame por item

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Defensoria Pública convocará a licitante vencedora para assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, presencialmente, informando o local, data e hora sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.3. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

21.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a retirada da Autorização de Funcionamento ou assine o instrumento de contrato no prazo estabelecido no item 21.1, será facultado à Administração, por meio do Pregoeiro/Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §2º e 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

21.4.1. O registro das demais licitantes a que se refere o item 21.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

21.4.2. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 21.4, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.5. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

21.5.1. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada, de que trata o subitem 21.4.1, antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 21.4.2.

21.5.2. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

21.5.3. Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

21.6. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

21.7. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

21.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

22. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (dozes) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

22.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

23. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

23.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa presente no TR.

24. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas.

24.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

24.3. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

25. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO/CONTRATO

25.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços a Defensoria poderá convocar o fornecedor beneficiário para a retirada da Autorização de Fornecimento/Serviço ou assinar o instrumento de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

25.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

25.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil,

caso o representante legal do fornecedor beneficiário a possua, no mesmo prazo indicado no item 25.1.

25.4. A Defensoria Pública poderá enviar o contrato para assinatura do fornecedor beneficiário, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 25.1.

25.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza a Defensoria Pública a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o contrato em iguais condições.

25.6. Para a assinatura do contrato, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

25.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021.

25.8. A Autorização de Fornecimento/Serviço ou o Contrato vinculam-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 90011/2026 constante do Processo n.º 425/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

26.1. As hipóteses e regras sobre o cancelamento do registro de preços encontram-se detalhados na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.

27. DA FORMA DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será feito conforme previsto no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste edital.

28. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras quanto à entrega e ao recebimento do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste edital.

29. DAS OBRIGAÇÕES

29.1. As obrigações da Contratada e Contrante encontram-se transcritas no termo de referência que constitui o Anexo I deste Edital.

30. DA FISCALIZAÇÃO

30.1. As regras sobre a fiscalização da execução ou entrega do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.

31. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

31.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços,

inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

31.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

32. DA RESCISÃO

32.1. A inexecução total ou parcial do ajuste poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133, de 2021.

32.2. A extinção do ajuste poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Defensoria Pública, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes; ou
- c) determinada por decisão judicial.

32.3. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da Defensoria Pública.

32.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

33. DAS PENALIDADES

33.1. A recusa injustificada da adjudicatária em retirar a respectiva Autorização de Fornecimento/Serviço/contrato no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

33.1.1. As licitantes remanescentes que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a retirar a autorização de fornecimento/serviço, também ficarão sujeitas às sanções referidas no item anterior.

33.2. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado o devido Processo Administrativo Sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

33.3. Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, a Autoridade Competente poderá:

- 33.3.1.** aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento/Serviço; e
- 33.3.2.** determinar a rescisão unilateral do ajuste.

33.4. As sanções referentes à exexução do objeto desta licitação estão previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste Edital..

33.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

34. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

34.1. A Defensoria Pública e a Contratada se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

34.2. A futura contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela Defensoria Pública, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

34.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

34.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

34.5. A contratada fica obrigada a comunicar a Defensoria Pública em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

34.6. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

35.2. Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c) Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- d) Anexo III – Dados para envio da Autorização de Fornecimento/Serviço;
- e) Anexo IV – Minuta Ata de Registro de Preços.

35.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

35.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

35.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

35.6. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Governo Estadual e da Defensoria Pública no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

35.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto n.º 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a Defensoria Pública, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

35.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública.

36. DO FORO

36.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro.

Vitória, 09 de abril de 2026.

JOÃO AUGUSTO FRAGA MENDES

Membro da Equipe de Apoio da Pregoeira

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade fornecer os elementos técnicos necessários à realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, para Registro de Preços, destinado à contratação de empresa para fornecimento de açúcar em pacote de 2 kg, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

1.2 O documento está fundamentado nos Estudos Técnicos Preliminares constantes dos autos e contempla as especificações técnicas do produto, condições de fornecimento, prazos de entrega e demais exigências pertinentes, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.3 A presente contratação busca assegurar o atendimento contínuo às demandas institucionais relacionadas ao fornecimento de açúcar para utilização nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, garantindo à regularidade do abastecimento, a padronização do produto, a eficiência na gestão contratual e a economicidade, em consonância com a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência destina-se à contratação de empresa para fornecimento de açúcar em pacote de 2 kg, com o objetivo de atender às necessidades das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

2.2 O açúcar a ser fornecido deverá estar em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, características e quantitativos estimados abaixo discriminados, observando-se as normas sanitárias aplicáveis, as condições adequadas de acondicionamento, transporte e entrega, bem como as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>AÇÚCAR CRISTAL BRANCO (PACOTE DE 2 KG)</p> <p>1. Descrição e Composição</p> <p>· Produto: Açúcar cristal de origem vegetal, constituído por cristais de sacarose obtidos a partir da cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>).</p> <p>· Classificação: Tipo Cristal, Grupo Branco, Categoria de 1ª Qualidade.</p> <p>· Características</p> <p>Organolépticas: Cristais brancos, finos e uniformes; odor e sabor próprios; isento de odores estranhos (como mofo ou combustíveis); livre de umidade, empedramento, sujidades, detritos vegetais ou qualquer material estranho à sua composição original.</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Legislação</p> <p>· Conformidade Normativa: O produto deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes de controle sanitário e agropecuário, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.</p> <p>· Referência Legal: O produto deverá observar as normas sanitárias aplicáveis aos alimentos embalados destinados ao consumo humano, especialmente a Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que</p>	PCT	100	1.500

<p>dispõe sobre a rotulagem de alimentos embalados, e a Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que trata da rotulagem nutricional de alimentos embalados, ambas da ANVISA, bem como demais normas sanitárias e regulatórias vigentes.</p> <p>· Pureza: O açúcar deverá resultar de processo adequado de refino e cristalização, garantindo padrões de pureza e qualidade compatíveis com o consumo humano, com ausência de microrganismos patogênicos, contaminantes ou substâncias tóxicas, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as boas práticas de fabricação aplicáveis à indústria alimentícia.</p> <p>3. Acondicionamento e Rotulagem</p> <p>· Embalagem</p> <p>Primária: Acondicionado em embalagem plástica de polietileno transparente, atóxica e hermeticamente selada, com resistência mecânica para suportar o manuseio e transporte sem rupturas.</p> <p>· Apresentação: Pacotes com peso líquido de 2 kg.</p> <p>· Rotulagem: Deve conter, de forma legível e em língua portuguesa: identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e selos de inspeção/registro nos órgãos competentes.</p> <p>4. Validade e Entrega</p> <p>· Prazo de Validade: o produto deverá possuir prazo de validade mínimo correspondente a 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega nas</p>			
--	--	--	--

unidades da Defensoria Pública.			
Condições de Entrega: O produto deve ser entregue em fardos (embalagem secundária) limpos e íntegros. Não serão aceitos pacotes com sinais de violação, furos, umidade ou presença de insetos.			

2.3 Os produtos dessa contratação não se enquadram como bem de luxo;

2.4 Os produtos e serviços contratados serão fornecidos **por demanda**, conforme as necessidades do Contratante. Não haverá obrigatoriedade de aquisição ou aplicação do quantitativo total citado neste Termo de Referência ou Estudo Técnico Preliminar.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o estabelecido com a Lei 14.133/2021.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Constatou-se a necessidade de a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) proceder à contratação de empresa para fornecimento de açúcar cristal em pacote de 2 kg, com o propósito de atender às demandas contínuas de abastecimento das unidades administrativas da Instituição.

4.2 A providência decorre do dever da Administração de assegurar o adequado suprimento de materiais de consumo utilizados nas rotinas institucionais, especialmente nas copas e espaços destinados ao preparo de café e outras bebidas, contribuindo para a organização do ambiente de trabalho, para o bem-estar de servidores, colaboradores e usuários, bem como para a manutenção da regular continuidade das atividades institucionais, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.

4.3 Para possibilitar o adequado fornecimento do produto, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo próprio e a consequente seleção de empresa que atenda às exigências técnicas, critérios de qualidade e especificações definidas, assegurando o fornecimento do açúcar em conformidade com as normas sanitárias e demais disposições aplicáveis.

4.4 Destaca-se que a contratação mostra-se essencial em razão da natureza contínua do consumo do item nas diversas unidades da Instituição, não havendo meios internos para suprir tal demanda, o que justifica a adoção do regular procedimento administrativo visando garantir o abastecimento contínuo e adequado.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Conforme as análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução adotada consiste na contratação de empresa para fornecimento de açúcar em pacote de 2 kg, visando atender às necessidades recorrentes de abastecimento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

5.2 A opção pela contratação de empresa devidamente habilitada, conforme fundamentado no item 7 do ETP, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, por assegurar o fornecimento do objeto com observância aos requisitos técnicos, padrões de qualidade e especificações estabelecidas. A medida possibilita maior padronização dos ambientes, eficiência no atendimento das demandas, economicidade na aplicação dos recursos públicos e adequada conservação das instalações institucionais.

6 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação compreendem o conjunto de exigências técnicas, operacionais e de qualidade necessárias ao adequado fornecimento de açúcar em pacote de 2 kg, incluindo especificações mínimas relacionadas à composição, características físicas, condições de embalagem, rotulagem, prazo de validade, condições de armazenamento e transporte, bem como conformidade com as normas sanitárias e regulamentações aplicáveis.

6.2 Abrangem, ainda, as condições relativas à forma de fornecimento, prazos para atendimento das solicitações, critérios de recebimento provisório e definitivo, garantia da qualidade do produto e demais exigências indispensáveis à adequada execução do objeto, assegurando o pleno atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.3 Os parâmetros técnicos e operacionais estão detalhadamente descritos no item 03 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante do presente processo administrativo, o qual fundamenta as condições estabelecidas para a contratação, em conformidade com a legislação aplicável.

7 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O fornecimento do açúcar deverá ser realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), ficando o descumprimento do prazo sujeito à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

7.2 A entrega deverá ocorrer no endereço Av. José Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP 29043-405, no horário compreendido entre 08h30min e 17h00min, em dias úteis, ou em outro local previamente indicado pela Administração no respectivo documento autorizativo.

7.3 O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da DPES, mediante solicitações formais expedidas pela Gerência Administrativa, observando-se rigorosamente os quantitativos, especificações e demais condições constantes na respectiva Autorização de Fornecimento.

7.4 A análise técnica de conformidade será realizada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela Administração, que verificará o atendimento integral às especificações contratuais, aos padrões de qualidade e às normas técnicas aplicáveis.

7.5 Serão verificados, entre outros aspectos:

7.5.1 Conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência;

7.5.2 Integridade das embalagens, sem sinais de violação, umidade ou avarias;

7.5.3 Qualidade do produto e atendimento aos padrões sanitários e de segurança alimentar;

7.5.4 Correspondência entre os quantitativos entregues e os solicitados;

7.5.5 Identificação do produto, incluindo marca, lote, data de fabricação e prazo de validade;

7.5.6 Condições adequadas de transporte e armazenamento.

7.6 Serão recusados os materiais que apresentem quaisquer das seguintes condições:

7.6.1 Desacordo com as especificações técnicas exigidas;

7.6.2 Embalagens danificadas, violadas ou com sinais de umidade;

7.6.3 Produto fora do prazo de validade ou com prazo insuficiente para consumo adequado;

7.6.4 Divergência de características ou qualidade inferior ao padrão exigido;

7.6.5 Descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7 Em caso de defeito, avaria ou não conformidade identificada, inclusive após o recebimento provisório, a contratada deverá promover a substituição do produto no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.8 O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do produto, nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, validade e adequação do açúcar fornecido.

7.9 O recebimento definitivo será formalizado após a verificação da plena conformidade com as especificações exigidas, bem como da regularidade da documentação fiscal apresentada, mediante atesto do servidor ou comissão designada.

7.10 Havendo erro na Nota Fiscal, divergência de informações ou qualquer circunstância impeditiva para a liquidação da despesa, o recebimento definitivo ficará suspenso até que a contratada promova a devida regularização.

7.11 O açúcar deverá ser fornecido em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, marca, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária e de defesa do consumidor.

7.12 A entrega deverá ocorrer sem qualquer cobrança adicional a título de frete, transporte ou encargos logísticos, devendo todos os custos estar inclusos no valor apresentado pela contratada.

8 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

8.1 A autoridade competente designou, formalmente, a comissão de recebimento de materiais de consumo, bens permanentes e serviços de entrega imediata com a responsabilidade de conferência de todos os bens entregues no almoxarifado dessa instituição, conforme **PORTARIA DPES Nº 126 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026**, responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

8.1.2 Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

8.1.3 Atestar o recebimento provisório e o definitivo de acordo com o art 140, da Lei Federal 14.133/21;

8.1.4 Receber, conferir e atestar as NOTAS FISCAIS, com base nas requisições emitidas pela DPES;

8.1.5 Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA, as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

8.2. A fiscalização anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

8.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do DPES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

8.5. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável por todos os serviços e/ou fornecimento de bens, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação do serviço;

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA detectado pela fiscalização ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado, mediante o fornecimento à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de Nota Fiscal Eletrônica, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68

da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 dias úteis, após a respectiva apresentação;

9.1.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (0,33 / 100) \times ND$$

Onde:

VM: Valor da multa financeira;

VF: Valor da nota fiscal;

ND: Número de dias em atraso.

9.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, os mesmos serão devolvidos à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

9.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

9.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

9.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.6. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

9.7. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por Ordem Bancária;

9.8. Fica a CONTRATADA obrigada a observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual n.º 5.460-R, de 28 de julho de 2023;

9.9. A CONTRATADA deverá emitir as NOTAS FISCAIS/FATURAS ou quais outros documentos de cobrança com o destaque do IR a ser retido na fonte, em observância às regras de retenção do imposto de renda previsto nos normativos informado no item 9.8;

9.10. Em caso de não observância do disposto nos itens 9.2, 9.3 e 9.9, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não incidindo, no prazo de suspensão, a multa prevista no item 9.1.1.

10. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

10.1. Considerando os estudos realizados no Estudo Técnico Preliminar e ainda considerando o valor estimado da contratação, verifica-se a possibilidade pregão eletrônico, por sistema de registro de preços da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O fornecedor será selecionando pelo critério de julgamento de menor preço, com modo de disputa aberto/fechado.

10.3. O fornecedor deverá apresentar todas as certidões de comprovação de regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro;

10.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo FORNECEDOR serão:

10.4.1. Declarar que atende a todos os quesitos solicitados quanto ao fornecimento dos itens a serem adquiridos

10.4.2 Cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores, segundo a legislação vigente;

10.4.3. Manter durante toda a execução habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista;

11. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa junto aos fornecedores. Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado para o grupo único é de **R\$ 11.370,00 (onze mil trezentos e setenta reais)**, conforme apurado na pesquisa prévia de preços.

11.2 Este valor tem como base a pesquisa de preços realizada pela Gerência Administrativa, com metodologia e fontes detalhadas no item 06 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

11.3 A pesquisa final de preços mercadológica será realizada pelo Setor de Compras, com vistas ao ajuste do preço, que serão disponibilizados para efeito de divulgação em Edital como critério de julgamento das propostas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, alocada na Ação 2357, Elemento de Despesa 3.3.90.30.07.

12.2 A assunção das obrigações decorrentes da presente contratação ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente, bem como à prévia emissão do respectivo empenho, em conformidade com a legislação financeira e orçamentária aplicável.

12.3 Caso haja necessidade de adequação ou remanejamento da dotação orçamentária durante a execução contratual, estes serão realizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes, mediante autorização da autoridade competente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Entregar os produtos e cumprir integralmente as obrigações relacionadas com a contratação descritas neste Termo de Referência e no Contrato;

13.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

13.3. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;

- 13.4.** Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato/Termo, dando plena ciência ao CONTRATANTE, bem como respondendo integralmente por sua omissão;
- 13.5.** Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamados;
- 13.6.** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos ao CONTRATANTE, ou a terceiros;
- 13.7.** Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como responder pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;
- 13.8.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;
- 13.9.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do serviço, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 13.10.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 13.11.** Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, nota(s) fiscal(is) com a descrição completa dos serviços e/ou fornecimento de bens, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos por lei e a declaração de adimplemento de encargos;

13.12. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas;

13.13. Se responsabilizar integralmente pelos serviços e/ou fornecimento dos objetos contratados, nos termos da legislação vigente;

13.14. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

13.15. Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso.

13.16. Providenciar todos os meios necessários (transporte, ferramentas, equipamentos de segurança e mão de obra qualificada) para a execução do objeto em qualquer unidade da DPES dentro do território estadual, independentemente da distância geográfica em relação à sede da Contratada

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

14.2. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto;

- 14.3.** Designar servidores com competência necessária para promover o recebimento do serviço, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazos e entrega;
- 14.4.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado, nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais;
- 14.5.** Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;
- 14.6.** Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto;
- 14.7.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto, fixando prazo para a correção;
- 14.8.** Aplicar as penalidades nas situações previstas neste Termo de Referência;
- 14.9.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à intenção de aplicação de penalidades, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;
- 14.9.1.** As notificações serão realizadas por meios idôneos que assegurem a ciência inequívoca da CONTRATADA, tais como ofício com comprovação de entrega mediante protocolo físico ou eletrônico, correio eletrônico (e-mail), fax, carta com aviso de recebimento (AR), ou outro meio que possibilite a comprovação do recebimento.

14.9.2. Para fins de validade da notificação, considera-se comprovado o recebimento quando houver registro que permita a identificação do destinatário, a data e hora da entrega, bem como a confirmação da efetiva ciência ou da disponibilização da comunicação, por meio de:

I – protocolo físico assinado;

II – aviso de recebimento (AR);

III – comprovante de entrega ou transmissão (inclusive no caso de fax);

IV – registro em sistema eletrônico oficial; ou

V – confirmação de entrega ou leitura em meio eletrônico com sistema de confirmação digital idôneo.

14.9.3. No caso de utilização de correio eletrônico (e-mail), o endereço eletrônico deverá ser informado pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, incumbindo-lhe manter seus dados atualizados durante toda a execução contratual, sob pena de ser considerada válida a notificação enviada ao endereço previamente informado.

14.9.4. A notificação será considerada realizada:

I – na data do recebimento, quando comprovada por protocolo, aviso de recebimento (AR), comprovante de entrega ou documento equivalente;

II – na data da confirmação de entrega, transmissão ou leitura, quando utilizada comunicação eletrônica ou fax com sistema de confirmação idôneo;

III – na data do registro de disponibilização da comunicação, quando realizada por meio de sistema eletrônico oficial que permita o rastreamento e a comprovação de acesso.

14.9.5. Na hipótese de ausência de confirmação de recebimento por meio eletrônico, a Administração deverá adotar outro meio idôneo de notificação, de modo a assegurar a ciência inequívoca da CONTRATADA.

14.9.6. A eventual recusa no recebimento da notificação será considerada como ciência válida para todos os efeitos legais, desde que devidamente comprovada por meio de registro formal da negativa de recebimento, lavrado pelo agente responsável pela entrega ou pelo serviço de correspondência, com a indicação da data, hora, local e da identificação do destinatário ou de quem se recusou a receber, bem como, sempre que possível, da respectiva assinatura ou da anotação da recusa.

14.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou fornecimento dos bens em desacordo com o objeto contratado.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

-
- 15.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 15.1.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 15.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.2. Multa, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 15.1 deste Termo de Referência, no percentual de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.7 e de até 30% (trinta por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 15.1.8 a 15.1.12;

15.2.2.1. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

15.2.2.2. A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens 15.2.1, 15.2.3 e 15.2.4.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, deste Termo de Referência;

15.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

15.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas, especialmente o disposto no caput e parágrafos do art. 158 da referida Lei, bem como as regras estabelecidas neste instrumento.

15.6 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão fiscalizador deverá notificar o interessado contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

15.6.1 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo:

- a) a descrição da conduta considerada irregular;
- b) o fundamento legal ou contratual da infração;
- c) a sanção que poderá ser aplicada;
- d) o prazo para apresentação de defesa;
- e) o local ou meio para apresentação da defesa.

15.6.2 O prazo para apresentação de defesa prévia será de:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as penalidades de advertência e multa;

b) 15 (quinze) dias úteis para as penalidades de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

15.6.3 A CONTRATADA comunicará à Administração as mudanças de endereço ocorridas no curso da vigência contratual, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

15.6.4 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a DPES proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do interessado que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.6.5 O recurso administrativo será submetido à análise da Assessoria Jurídica da DPES (ASJUR) quando se tratar de sanções de impedimento ou inidoneidade.

15.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

15.10 A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.12 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

15.13 Para fins de fiscalização da execução contratual e verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, as infrações poderão ser graduadas e sancionadas conforme a tabela abaixo.

Nível da Falha	Critério de Identificação	Sanção Aplicável
I – Leve	Descumprimento pontual de obrigação contratual que não cause prejuízo relevante à Administração nem comprometa a execução do objeto.	Notificação para correção imediata e, em caso de reincidência, advertência.
II – Média	Descumprimento contratual que cause atraso ou prejuízo moderado à execução do objeto, ou reincidência em falhas leves.	Aplicação de multa moratória e notificação formal para correção da irregularidade.
III – Grave	Descumprimento contratual que comprometa significativamente a execução do objeto, caracterize inexecução parcial relevante ou reincidência em falhas médias.	Aplicação de multa compensatória, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar, conforme o caso.
IV – Gravíssima	Inexecução total do contrato, fraude, apresentação de documentação falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato ilícito contra a Administração.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Não será exigida garantia contratual da execução, considerando que o objeto da contratação possui natureza de fornecimento de bens comuns, com baixo grau de complexidade e reduzido risco de inadimplemento contratual.

16.2 Os riscos inerentes à contratação mostram-se suficientemente mitigados pelas condições de recebimento, critérios de aceitação, sanções administrativas e garantia mínima dos produtos estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

17 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Não serão admitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços, considerando as limitações operacionais atualmente existentes no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, especialmente quanto à capacidade de gestão e fiscalização contratual pelo Setor Administrativo, que não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para absorver eventual incremento de demandas decorrentes de adesões.

18 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.3 O presente Termo de Referência foi elaborado e é de inteira responsabilidade da Gerência Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, unidade competente para o planejamento, coordenação e definição das diretrizes técnicas e administrativas relativas à presente contratação.

18.4 O documento reflete as necessidades institucionais identificadas, bem como os critérios técnicos e operacionais necessários à adequada execução do objeto, observando-se as disposições legais e normativas aplicáveis.

Bárbara Barbosa Alves
Assessora Padrão IV
Nº Funcional: 646204-01

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A aquisição de açúcar cristal, acondicionado em pacote de 2 kg, constitui-se como item de consumo essencial para a manutenção do ambiente de trabalho na Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Trata-se de insumo amplamente utilizado no preparo de café e outras bebidas nas copas e espaços de convivência das unidades administrativas, sendo indispensável para o adequado funcionamento das rotinas institucionais.

1.2 Tal medida busca assegurar condições mínimas de conforto durante as jornadas de trabalho, favorecendo a organização do ambiente laboral e contribuindo para a manutenção de rotinas administrativas adequadas. Além disso, em diversas unidades da Defensoria Pública, o fornecimento de café e bebidas também ocorre em espaços de convivência e recepção, sendo frequentemente disponibilizado a cidadãos que aguardam atendimento, o que reforça a importância da manutenção regular desses insumos.

1.3 A presença desse tipo de insumo nas unidades institucionais também possui relevante papel no acolhimento ao público assistido pela Defensoria Pública, que muitas vezes aguarda atendimento por períodos prolongados. A oferta de café e bebidas simples, como prática de hospitalidade institucional, contribui para um ambiente mais humanizado e receptivo, em consonância com a missão da DPES de promover o acesso à justiça e o atendimento digno à população.

1.4 A estimativa de quantitativos considera a ampla capilaridade da DPES, que possui unidades distribuídas por todo o território do Estado do Espírito Santo, abrangendo tanto a Região Metropolitana quanto os municípios do interior. Em razão da natureza de bem de consumo, o açúcar apresenta utilização contínua e esgotamento progressivo, demandando reposições periódicas para garantir o abastecimento das copas e espaços destinados ao preparo de bebidas.

1.5 Dessa forma, faz-se necessário estabelecer um fluxo de reposição regular e previamente planejado pelo setor responsável, de modo a evitar desabastecimentos, especialmente nas unidades localizadas em municípios mais distantes da sede administrativa. O planejamento adequado do fornecimento contribui para maior eficiência na gestão de materiais de consumo, evitando interrupções nas rotinas institucionais.

1.6 A presente demanda justifica-se, ainda, pela necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento, uma vez que a Ata de Registro de Preços nº 014/2025 possui vigência até 06 de junho de 2026. Assim, torna-se necessária a formalização de novo procedimento de contratação, preferencialmente

por meio do Sistema de Registro de Preços, mecanismo que se mostra adequado diante da natureza recorrente da demanda.

1.7 Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar o adequado funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a organização do ambiente institucional, para o bem-estar dos colaboradores e para a continuidade da prestação dos serviços públicos oferecidos à população, garantindo condições mínimas de acolhimento e atendimento digno aos cidadãos assistidos pela instituição.

2. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTAS ANUAL

2.1 A presente aquisição consta no Plano de Contratação Anual deste órgão.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação em questão deverá observar, como requisitos mínimos, a estrita observância das condições estabelecidas neste instrumento, a fim de garantir o adequado atendimento às demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

3.2 A empresa contratada deverá assegurar o fornecimento de açúcar cristal, acondicionado em pacote de 2 kg, em conformidade com as quantidades, prazos, especificações técnicas e demais exigências definidas neste Estudo Técnico Preliminar, de modo a garantir a continuidade, a eficiência e a regularidade do abastecimento nas unidades da instituição.

3.3 O produto fornecido deverá estar em plena conformidade com as normas sanitárias e regulatórias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de alimentos. O açúcar deverá atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo condições adequadas para consumo humano.

3.4 Em observância às diretrizes de segurança alimentar e qualidade dos gêneros alimentícios destinados ao consumo humano, o produto deverá atender às normas sanitárias e regulatórias vigentes expedidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tais como a Resolução RDC nº 360/2003, que dispõe sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, e a Resolução RDC nº 259/2002, que trata da rotulagem geral de alimentos embalados, bem como demais normas aplicáveis expedidas pela ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária relativas aos padrões de identidade, qualidade e boas práticas de fabricação de alimentos destinados ao consumo humano.

3.5 O açúcar deverá apresentar processo adequado de refino e cristalização, garantindo elevados padrões de pureza e qualidade, com ausência de microrganismos patogênicos, contaminantes ou toxinas, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de fabricação aplicáveis à indústria alimentícia.

3.6 Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente embalados de fábrica, com identificação clara do fabricante, marca, lote, data de fabricação e prazo de validade. As embalagens deverão estar íntegras, lacradas, sem avarias, rasgos, umidade, sinais de violação ou qualquer irregularidade que possa comprometer a qualidade ou a segurança do produto.

3.7 Os itens fornecidos deverão possuir características adequadas para uso institucional, garantindo qualidade compatível com o consumo nas unidades administrativas da DPES. O prazo de validade do produto deverá ser compatível com o período de consumo previsto pela Administração, evitando perdas decorrentes de vencimento.

3.8 Todos os itens deverão ser acompanhados da respectiva nota fiscal, emitida em conformidade com a legislação vigente, contendo descrição completa do produto, incluindo quantidade, especificações, marca, lote e demais informações necessárias à conferência e ao controle de almoxarifado.

3.9 A entrega do produto deverá ser realizada pela contratada nos locais indicados pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, sendo de sua responsabilidade o transporte, a descarga e a entrega dos itens em perfeitas condições de consumo e armazenamento, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

3.10 O produto deverá possuir prazo de validade compatível com o período estimado de consumo pela Administração, devendo apresentar, no momento da entrega, no mínimo 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de fabricação, garantindo condições adequadas de armazenamento e consumo durante o período de utilização pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

3.11 A contratada deverá substituir, às suas expensas, quaisquer produtos que apresentem defeitos, avarias, violação de embalagem, prazo de validade inadequado ou qualquer desconformidade em relação às especificações estabelecidas neste documento, sem ônus adicional para a Administração.

3.12 A empresa contratada deverá manter canal de comunicação direto com o setor responsável da Defensoria Pública, a fim de acompanhar pedidos, confirmar entregas e solucionar eventuais pendências logísticas, garantindo transparência, agilidade e adequado controle na execução contratual.

3.13 Esses requisitos visam resguardar o interesse público, assegurar a qualidade e a segurança do gênero alimentício fornecido, bem como garantir que a contratação contribua efetivamente para a manutenção das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público que regem a Administração Pública.

4. DA (S) ESTIMATIVA DA (S) QUANTIDADE (S)

4.1 A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi definida com base no histórico de consumo médio de açúcar utilizado nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), apurado a partir dos registros de fornecimento e reposição realizados pelo setor responsável pelo controle de materiais de consumo.

4.2 Considerou-se, ainda, a natureza contínua da demanda, uma vez que o açúcar é um item de consumo diário nas copas e espaços destinados ao preparo de café e outras bebidas nas unidades administrativas da instituição. Por se tratar de bem de consumo de reposição frequente, seu esgotamento ocorre de forma progressiva, exigindo planejamento adequado para garantir o abastecimento regular ao longo do período de vigência da contratação.

4.3 A análise do consumo médio mensal permitiu projetar quantitativos compatíveis com as necessidades ordinárias da instituição, considerando o número de unidades em funcionamento, a quantidade de membros, servidores, estagiários e colaboradores que utilizam as dependências da Defensoria Pública, bem como o fluxo de atendimento ao público assistido.

4.4 Ressalta-se que a estimativa contempla o abastecimento regular por até 12 (doze) meses, buscando assegurar a continuidade do fornecimento, evitar desabastecimento nas unidades e reduzir a necessidade de aquisições emergenciais, que poderiam comprometer a eficiência administrativa, o planejamento institucional e a economicidade na gestão dos recursos públicos.

4.5 Ademais, a projeção dos quantitativos também considerou a possibilidade de ampliação das atividades institucionais, incluindo eventual criação de novas unidades de atendimento ou expansão de estruturas administrativas existentes, fatores que podem gerar aumento na demanda por materiais de consumo utilizados nas rotinas institucionais.

4.6 Dessa forma, as quantidades estimadas mostram-se compatíveis com o padrão histórico de consumo e com as necessidades operacionais da DPES, observando os princípios da razoabilidade, planejamento, eficiência e interesse público, não implicando obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, nos termos da legislação vigente aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

4.7 Assim, elaborou-se a tabela a seguir, na qual se apresentam os quantitativos estimados para o fornecimento de açúcar em pacote de 2 kg, definidos com base na média de consumo histórico, na projeção das necessidades institucionais e na perspectiva de continuidade das atividades administrativas ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA

		MEDIDA		
01	<p>AÇÚCAR CRISTAL BRANCO (PACOTE DE 2 KG)</p> <p>1. Descrição e Composição</p> <p>· Produto: Açúcar cristal de origem vegetal, constituído por cristais de sacarose obtidos a partir da cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>).</p> <p>· Classificação: Tipo Cristal, Grupo Branco, Categoria de 1ª Qualidade.</p> <p>· Características</p> <p>Organolépticas: Cristais brancos, finos e uniformes; odor e sabor próprios; isento de odores estranhos (como mofo ou combustíveis); livre de umidade, empedramento, sujidades, detritos vegetais ou qualquer material estranho à sua composição original.</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Legislação</p> <p>· Conformidade Normativa: O produto deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes de controle sanitário e agropecuário, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.</p> <p>· Referência Legal: O produto deverá observar as normas sanitárias aplicáveis aos alimentos embalados destinados ao consumo humano, especialmente a Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a rotulagem de alimentos embalados, e a Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que trata da rotulagem nutricional de alimentos embalados, ambas da ANVISA, bem como demais normas sanitárias</p>	PCT	100	1.500

<p>e regulatórias vigentes.</p> <p>Pureza: O açúcar deverá resultar de processo adequado de refino e cristalização, garantindo padrões de pureza e qualidade compatíveis com o consumo humano, com ausência de microrganismos patogênicos, contaminantes ou substâncias tóxicas, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as boas práticas de fabricação aplicáveis à indústria alimentícia.</p> <p>3. Acondicionamento e Rotulagem</p> <p>Embalagem</p> <p>Primária: Acondicionado em embalagem plástica de polietileno transparente, atóxica e hermeticamente selada, com resistência mecânica para suportar o manuseio e transporte sem rupturas.</p> <p>Apresentação: Pacotes com peso líquido de 2 kg.</p> <p>Rotulagem: Deve conter, de forma legível e em língua portuguesa: identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e selos de inspeção/registro nos órgãos competentes.</p> <p>4. Validade e Entrega</p> <p>Prazo de Validade: o produto deverá possuir prazo de validade mínimo correspondente a 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>Condições de Entrega: O produto deve ser entregue em fardos (embalagem secundária) limpos e íntegros. Não serão aceitos pacotes com sinais de violação,</p>			
--	--	--	--

	furos, umidade ou presença de insetos.			
--	--	--	--	--

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções atualmente disponíveis no mercado que atendam aos requisitos de qualidade, segurança alimentar, padronização e custo-benefício para o fornecimento de açúcar cristal destinado às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, conforme análise detalhada a seguir.

5.2 Prospecção de Soluções e Estudo de Alternativas:

5.2.1 Em observância ao art. 18, §1º, IV da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento analisou diferentes alternativas disponíveis no mercado para o fornecimento de açúcar destinado ao consumo institucional. A análise comparativa abaixo apresenta as opções avaliadas e fundamenta a escolha da solução mais adequada às necessidades da Administração, conforme quadro abaixo:

Alternativa Analisada	Qualidade e Adequação ao Consumo	Custo Estimado	Facilidade de Armazenamento e Distribuição	Viabilidade Técnica / Uso Institucional	Conclusão
Açúcar Cristal em Pacote de 2 kg (Escolha)	Alta. Produto amplamente utilizado para preparo de bebidas e alimentos.	Moderado. Boa relação custo-benefício.	Alta. Embalagem adequada para armazenamento e distribuição entre unidades.	Alta. Produto estável, durável e adequado ao consumo institucional.	SOLUÇÃO ESCOLHIDA
Açúcar Refinado	Alta pureza, porém menor rendimento no preparo de bebidas.	Mais elevado em comparação ao açúcar cristal.	Média. Embalagens geralmente menores, exigindo maior volume de reposição.	Viável, porém com custo maior sem ganho significativo para a finalidade pretendida.	Descartada por menor custo-benefício.
Açúcar em Sachê Individual	Alta qualidade e porcionamento individual.	Alto. Custo significativamente superior devido à	Baixa. Maior volume de armazenamento e geração de	Viável apenas para ambientes específicos, como	Descartada pelo alto custo e menor economicidade.

		embalagem individual.	resíduos.	eventos.	
Açúcar Mascavo ou Demerara	Produto menos processado , com características específicas de sabor e coloração.	Elevado em relação ao açúcar cristal.	Média. Consumo institucional reduzido devido às características do produto.	Baixa adequação ao consumo rotineiro em ambientes institucionais.	Descartada por baixa aderência ao consumo padrão.

5.3 Justificativa da Solução Seleccionada:

5.3.1 Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que o fornecimento de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg representa a solução que melhor atende às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos.

5.4 A escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

5.4.1 Adequação ao consumo institucional: o açúcar cristal é amplamente utilizado no preparo de café e outras bebidas, atendendo de forma satisfatória às necessidades das unidades administrativas.

5.4.2 Economicidade: apresenta melhor relação custo-benefício em comparação com outras alternativas disponíveis no mercado, permitindo aquisição em maior volume com menor custo unitário.

5.4.3 Facilidade de armazenamento e distribuição: a embalagem de 2 kg possibilita melhor controle de estoque, transporte e distribuição entre as diversas unidades da instituição.

5.4.4 Disponibilidade no mercado: trata-se de produto amplamente comercializado, com diversos fornecedores aptos a atender a demanda da Administração Pública, favorecendo a competitividade no certame.

5.4.5 Padronização institucional: a adoção de um único tipo de produto facilita o controle de estoque, a logística de distribuição e a gestão do consumo nas unidades da DPES.

5.5 Conclui-se, portanto, que a prospecção de mercado aponta para o açúcar cristal em pacote de 2 kg como a solução que melhor harmoniza qualidade, segurança alimentar, viabilidade operacional e modicidade de preços, atendendo de forma adequada às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A estimativa preliminar de preços apresentada a seguir tem por finalidade subsidiar a análise da viabilidade orçamentária e financeira da contratação de empresa para o fornecimento de açúcar cristal, acondicionado em pacote de 2 kg, destinado ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), bem como fornecer parâmetro inicial para a adequada instrução processual.

6.2 Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de mercado junto a fornecedores e estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

6.3 A pesquisa de preços considerou produtos com características equivalentes quanto à qualidade, embalagem, especificações e condições de fornecimento, de modo a assegurar maior fidedignidade na formação do valor estimado da contratação. Dessa forma, buscou-se refletir os preços praticados no mercado para produtos similares, garantindo parâmetros adequados para a futura contratação.

6.4 Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo e têm como finalidade orientar o planejamento da contratação, podendo sofrer variações conforme as propostas efetivamente apresentadas no certame licitatório.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	Açúcar cristal branco (pacote de 2 kg)	1.500	G. Peteres Comercial e Serviços ME	9,80
			Kennedy Alimentos Ltda	7,95
			Lider Comercio e Distribuição Ltda	4,98
			Valor médio unitário	7,58
			Valor total estimado	11.370,00

6.5 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo alimentício, buscando refletir os valores praticados no mercado para o fornecimento de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg, destinado ao atendimento das demandas das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado para o grupo único é de **R\$ 11.370,00 (onze mil trezentos e setenta reais)**.

6.6 Considerando os levantamentos efetuados, foi possível estabelecer um valor estimado para a contratação, que servirá como parâmetro inicial para a análise da viabilidade orçamentária e para a adequada instrução do processo administrativo de contratação.

6.7 O pregão eletrônico, a ser realizado pelo Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como a modalidade mais adequada para a presente contratação, tendo em vista a natureza contínua e recorrente do consumo do produto, bem como a necessidade de aquisições parceladas ao longo do período de vigência da ata, sem que haja obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados.

6.8 Ressalta-se que o valor estimado contempla todos os custos necessários ao fornecimento do produto, incluindo despesas relacionadas à logística, transporte, entrega e demais encargos incidentes, de modo a assegurar o atendimento às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.9 Ressalva-se, ainda, que a pesquisa final de preços mercadológicos será realizada pelo Setor de Compras em momento oportuno, com vistas à consolidação e atualização do valor de referência que subsidiará a elaboração do edital e a condução do certame licitatório, garantindo maior aderência aos preços praticados no mercado no momento da licitação.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Os materiais relativos ao açúcar cristal, acondicionado em pacote de 2 kg, serão contratados visando ao fornecimento contínuo do produto para atendimento às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

7.2 Considerando a natureza do objeto e o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que tratam do Sistema de Registro de Preços, bem como o art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, verifica-se ser conveniente e oportuno que o fornecimento seja realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Instituição.

7.3 A solução contempla o fornecimento contínuo e sob demanda de açúcar cristal em pacote de 2 kg, assegurando regularidade no abastecimento das unidades administrativas, padronização do produto fornecido e racionalização dos procedimentos administrativos de aquisição.

7.4 Todos os produtos fornecidos deverão ser novos, destinados ao consumo humano, atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como observar as normas sanitárias e de qualidade vigentes aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos competentes, tais como o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações pertinentes.

7.5 O açúcar fornecido deverá apresentar qualidade compatível com as finalidades a que se destina, observando padrões adequados de pureza, conservação, integridade da embalagem e validade, garantindo segurança alimentar e condições adequadas para consumo.

7.6 A contratação deverá ainda observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, incluindo boas práticas de acondicionamento, transporte e armazenamento, bem como a utilização de embalagens que assegurem a adequada conservação do produto e reduzam riscos de contaminação ou desperdício.

7.7 O pagamento será efetuado de acordo com a efetiva entrega dos produtos, mediante comprovação da conformidade com as especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

7.8 O fornecimento deverá ser realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

7.9 A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Av. José Martins de Figueiredo, nº 152, Bairro Maruípe, Vitória/ES, CEP 29043-405, no horário compreendido entre 08h30min e 17h00min, em dias úteis, ou em outro local previamente indicado pela Administração no respectivo documento autorizativo.

7.10 O recebimento inicial será realizado a título provisório, mediante conferência das quantidades, especificações e condições físicas dos produtos entregues. A análise definitiva de conformidade será realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por servidor designado ou comissão responsável.

7.11 Serão verificados, entre outros aspectos:

7.11.1 Conformidade com as especificações técnicas exigidas;

7.11.2 Integridade das embalagens, sem danos, violação, umidade ou sinais de deterioração;

7.11.3 Quantidade, marca e características do produto conforme solicitado;

7.11.4 Prazo de validade adequado para consumo;

7.11.5 Identificação e procedência do produto.

7.12 Serão recusados os produtos que apresentem quaisquer das seguintes condições:

7.12.1 Falta de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;

7.12.2 Embalagens danificadas, violadas ou com sinais de deterioração;

7.12.3 Produto impróprio para consumo ou com prazo de validade inadequado;

7.12.4 Ausência de informações obrigatórias de identificação, procedência ou validade;

7.12.5 Descumprimento das normas sanitárias e regulamentações aplicáveis.

7.13 Em caso de defeito, irregularidade ou não conformidade identificada após o recebimento, a contratada deverá substituir integralmente os produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Defensoria Pública, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8. DA JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

8.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, inciso V, alínea “b”, que o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública.

8.2 No presente caso, a contratação refere-se ao fornecimento de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg, caracterizando-se como bem de consumo comum, padronizado e amplamente disponível no mercado.

8.3 Considerando a natureza do objeto e a necessidade de padronização do produto a ser distribuído entre as diversas unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, optou-se pela contratação em item único, uma vez que não há diversidade de características técnicas que justifique a divisão em lotes ou grupos distintos.

8.4 A adoção de item único favorece a ampliação da competitividade do certame, simplifica a gestão contratual, facilita o controle de qualidade do produto fornecido e otimiza os procedimentos logísticos de armazenamento e distribuição entre as unidades administrativas da instituição.

8.5 Dessa forma, conclui-se que a estruturação da contratação em item único mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A presente contratação tem por objetivo garantir o fornecimento contínuo de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg para atendimento às necessidades das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES.

9.2 Com a contratação, pretende-se assegurar o abastecimento regular das copas e espaços destinados ao preparo de café e outras bebidas nas unidades administrativas da instituição, contribuindo para a manutenção das rotinas institucionais e para a adequada organização do ambiente de trabalho.

9.3 Busca-se também garantir maior eficiência na gestão dos materiais de consumo utilizados pela Administração, possibilitando melhor planejamento de estoque, reposição periódica e distribuição adequada entre as unidades da Defensoria Pública.

9.4 A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilitará aquisições parceladas ao longo do período de vigência da ata, conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos de armazenamento e garantindo maior racionalidade na utilização dos recursos públicos.

9.5 Como resultado esperado, pretende-se assegurar a continuidade do abastecimento das unidades, a melhoria da gestão de suprimentos institucionais e a manutenção das condições adequadas de funcionamento das atividades administrativas da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

10. DAS PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas todas as providências administrativas necessárias à adequada instrução do processo licitatório para aquisição de açúcar cristal em pacote de 2 kg destinado às unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES.

10.2 Deverá ser concluída a fase interna do procedimento de contratação, com a aprovação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e dos demais documentos que compõem o processo administrativo, assegurando sua conformidade com a legislação vigente e com os princípios da Administração Pública.

10.3 Deverá ser verificada a disponibilidade orçamentária necessária para suportar as despesas decorrentes da contratação, observando-se as regras de planejamento e execução orçamentária aplicáveis.

10.4 A empresa vencedora do certame deverá comprovar, previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, o atendimento integral às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como demais requisitos previstos no edital.

10.5 Após a formalização da contratação, deverá ser providenciada a publicação do extrato do instrumento contratual ou da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10.6 Caberá ainda à Administração designar o gestor e o fiscal da contratação, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, verificação da conformidade dos produtos fornecidos e controle das entregas realizadas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Não existem contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a este objeto.

12. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 O fornecimento de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg não envolve atividades que gerem impactos ambientais negativos significativos, uma vez que a contratação refere-se apenas à aquisição de produto alimentício destinado ao consumo nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), não contemplando processos industriais ou atividades que resultem em geração relevante de resíduos, efluentes ou emissões poluentes no âmbito da Administração.

12.2 O produto a ser adquirido é amplamente comercializado no mercado e apresenta baixo impacto ambiental no contexto de sua utilização institucional, sendo destinado ao preparo de bebidas nas copas e espaços de convivência das unidades da DPES. Ademais, trata-se de item de consumo rotineiro, cujo uso não gera resíduos complexos ou de difícil tratamento.

12.3 Durante o fornecimento, eventuais resíduos decorrentes de embalagens deverão ser adequadamente acondicionados e destinados pela contratada ou pela Administração, conforme as boas práticas de gestão de resíduos e a legislação ambiental aplicável.

12.4 Recomenda-se, ainda, que as embalagens utilizadas assegurem adequada proteção e conservação do produto durante o transporte e armazenamento, contribuindo para a redução de perdas, desperdícios e danos ao material.

12.5 Dessa forma, declara-se a inexistência de impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação, que se encontra em conformidade com a legislação ambiental vigente e alinhada aos princípios de sustentabilidade, eficiência no uso de recursos e gestão responsável adotados pela Administração Pública.

13. DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

13.1 Diante das análises de viabilidade técnica e econômica realizadas, verifica-se que a contratação para o fornecimento de açúcar cristal acondicionado em pacote de 2 kg mostra-se adequada, necessária e plenamente justificável, em conformidade com a legislação vigente.

13.2 A aquisição do referido item é fundamental para o atendimento das demandas cotidianas das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de funcionamento dos ambientes institucionais, especialmente nos espaços destinados ao preparo de café e outras bebidas disponibilizadas a membros, servidores, estagiários, colaboradores e cidadãos que aguardam atendimento.

13.3 Trata-se de produto de consumo essencial para o suporte às rotinas administrativas e para a manutenção de um ambiente institucional minimamente confortável e organizado, favorecendo o bem-estar dos colaboradores e contribuindo para o acolhimento adequado do público assistido pela instituição.

13.4 Além disso, por se tratar de item amplamente disponível no mercado, com características padronizadas e fácil fornecimento, a contratação apresenta baixo risco operacional, ampla competitividade entre fornecedores e facilidade na gestão contratual, fatores que contribuem para maior eficiência administrativa e economicidade na utilização dos recursos públicos.

13.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua e recorrente da demanda, permitindo aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos de armazenamento e assegurando o abastecimento regular das unidades da Defensoria Pública.

13.6 Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e pertinência da contratação para fornecimento de açúcar cristal em pacote de 2 kg, destinado ao atendimento das demandas das unidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, garantindo eficiência administrativa, economicidade, continuidade do abastecimento e adequado funcionamento das atividades institucionais.

Bárbara Barbosa Alves

Coordenadora de Atividades

Nº Funcional 646204-01

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREGÃO n.º **XX/2025**

LICITANTE:**XXX**....

CNPJ:.....**XX**....

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos produtos supracitados, de acordo com todas as condições do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2026** e seus anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS	UNIDADE	MARCA /MODELO	QUANT. MÍN	QUANT. MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AÇUCAR CRISTAL BRANCO; Açúcar, tipo cristalizado, cor branca, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, 1ª qualidade; Acondicionamento : embalagem plástica original; Validade: 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega nas unidades da Defensoria Pública. Pacote de 2 kg.	PACOTE	... XX ../... XX ..	100	1500	R\$ 6,31	R\$ 9.465,00
		TOTAL: R\$ 9.465,00 (nove mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais)					

Cidade, xx de xxx de xxxx.

...EMPRESA...

Nome do Representante

Instruções de preenchimento:

- a) *A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.*
- b) *Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos. A proposta de preços deverá estar datada e assinada.*

ANEXO IV – DADOS COMPLEMENTARES DO LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME			
Pregão Eletrônico: ...xx.../202X		Data de abertura: ..xx../xx../xxxx.....	
DADOS DA LICITANTE			
Nome da empresa: ...xxxx.....		CNPJ: ...xxxx.....	Endereço: ...xxxx.....
CEP: ...xxxx.....	Telefone: ...xxxx.....	Telefone: ...xxxx.....	E-mail: ...xxxx.....
DADOS BANCÁRIOS			
Banco: ...xxxx.....	Agência: ...xxxx.....	Conta: ...xxxx.....	Tipo de Conta: ...xxxx.....
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome: ...xxxx.....		CPF: ...xxxx.....	RG/órgão emissor: ...xxxx.....
Instrumento de Outorga de Poderes: ...xxxx.....		Telefone: ...xxxx.....	Telefone: ...xxxx.....
CERTIFICAÇÃO DIGITAL			
O representante legal assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil?		() Sim	() Não

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º 00000425/2026

Pregão n.º XXX/XXXX

ID CiudadES n.º XXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/202XX

Pelo presente instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.671.513/0001-24, com sede na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, representada legalmente pelo seu Segundo Subdefensor Público-Geral Dr. Leonardo Grobberio Pinheiro, brasileiro, delegação de competência concedida pela Portaria DPES n.º 948, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 02 de setembro de 2024, com endereço profissional na Praça Manoel Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-520, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, realizado pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, registrado no Processo de n.º 00000425/2026, publicada noDIÁRIO OU PNCP..... em de de 20..., e a respectiva homologação exarada no documento do processo acima informado, RESOLVE registrar os preços da empresa, pessoa jurídica de natureza privada, inscrita no CNPJ sob n.º, com endereço, neste ato representado por, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, **Edital do pregão n.º XXXX** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto n.º 11.462/2023 e Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE AÇÚCAR EM PACOTE DE 2KG.**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada coincidem com os preços definidos no Anexo I desta Ata e, nela, estão inclusas todas as espécies de

tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador desta Ata é a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Não serão admitidas adesões a referida Ata de Registro de Preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de **autorização de fornecimento**, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133/2021:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, desde que:

7.2.1. O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública; e

7.2.3. Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.2.4. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.2.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.7. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará poderá:

7.2.7.1. Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; ou

7.2.7.2. Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não formalizar o contrato ou a retirada da autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, bem como Decreto Estadual 5354-R/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

10.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo n.º 0000425/2026 o Termo de Referência, o Edital de Licitação e a Proposta Comercial do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência parte integrante desta Ata.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, data e hora da última assinatura eletrônica

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEONARDO GROBBERIO PINHEIRO

Segundo Subdefensor Público-Geral

Assinado eletronicamente

NOME DA CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE COM PODERES PARA FIRMAR COPROMISSO

Assinado eletronicamente

ANEXO I – REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR ADJUDICADO

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

GRUPO ÚNICO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>AÇÚCAR CRISTAL BRANCO (PACOTE DE 2 KG)</p> <p>1. Descrição e Composição</p> <ul style="list-style-type: none">· Produto: Açúcar cristal de origem vegetal, constituído por cristais de sacarose obtidos a partir da cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>).· Classificação: Tipo Cristal, Grupo Branco, Categoria de 1ª Qualidade.· Características Organolépticas: Cristais brancos, finos e uniformes; odor e sabor próprios; isento de odores estranhos (como mofo ou combustíveis); livre de umidade, empedramento, sujidades, detritos vegetais ou qualquer material estranho à sua composição original. <p>2. Padrões de Qualidade e Legislação</p> <ul style="list-style-type: none">· Conformidade Normativa: O produto deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes de controle sanitário e agropecuário, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.· Referência Legal: O produto deverá observar as normas sanitárias aplicáveis aos alimentos embalados destinados ao consumo humano, especialmente a Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a rotulagem de alimentos embalados, e a Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que trata da rotulagem nutricional de alimentos embalados, ambas da ANVISA, bem como demais	PCT	100	1.500

	<p>normas sanitárias e regulatórias vigentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Pureza: O açúcar deverá resultar de processo adequado de refino e cristalização, garantindo padrões de pureza e qualidade compatíveis com o consumo humano, com ausência de microrganismos patogênicos, contaminantes ou substâncias tóxicas, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as boas práticas de fabricação aplicáveis à indústria alimentícia. <p>3. Acondicionamento e Rotulagem</p> <ul style="list-style-type: none"> · Embalagem <p>Primária: Acondicionado em embalagem plástica de polietileno transparente, atóxica e hermeticamente selada, com resistência mecânica para suportar o manuseio e transporte sem rupturas.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Apresentação: Pacotes com peso líquido de 2 kg. · Rotulagem: Deve conter, de forma legível e em língua portuguesa: identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e selos de inspeção/registro nos órgãos competentes. <p>4. Validade e Entrega</p> <ul style="list-style-type: none"> · Prazo de Validade: o produto deverá possuir prazo de validade mínimo correspondente a 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega nas unidades da Defensoria Pública. · Condições de Entrega: O produto deve ser entregue em fardos (embalagem secundária) limpos e íntegros. Não serão aceitos pacotes com sinais de violação, furos, umidade ou presença de insetos. 			
--	---	--	--	--

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

Não há licitantes no cadastro de reserva, conforme consta nos autos do processo 00000425/2026, documento XXXXX

Ordem de classificação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

ANEXO III – ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Ordem de classificação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QNT MÍN	QNT MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO Nº XXX/2026

PROCESSO Nº 00000425/2026	
À EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
EMAIL:	TEL.:
REPRESENTANTE LEGAL:	

Autorizamos V. S.^a a fornecer/executar o serviço/material adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Processo Administrativo nº 00000xxx/2025.

1. DO OBJETO E DO VALOR

O objeto da presente autorização é **o fornecimento de açúcar em pacote de 2kg.**

GRUPO ÚNICO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO (PACOTE DE 2 KG) 1. Descrição e Composição · Produto: Açúcar cristal de origem vegetal, constituído por cristais de sacarose obtidos a partir da cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>). · Classificação: Tipo Cristal, Grupo Branco, Categoria de 1ª Qualidade. · Características Organolépticas: Cristais brancos, finos e uniformes; odor e sabor próprios; isento de odores estranhos (como mofo ou combustíveis); livre de umidade,	PCT	100	1.500

<p>empedramento, sujidades, detritos vegetais ou qualquer material estranho à sua composição original.</p> <p>2. Padrões de Qualidade e Legislação</p> <p>· Conformidade Normativa: O produto deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes de controle sanitário e agropecuário, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.</p> <p>· Referência Legal: O produto deverá observar as normas sanitárias aplicáveis aos alimentos embalados destinados ao consumo humano, especialmente a Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a rotulagem de alimentos embalados, e a Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que trata da rotulagem nutricional de alimentos embalados, ambas da ANVISA, bem como demais normas sanitárias e regulatórias vigentes.</p> <p>· Pureza: O açúcar deverá resultar de processo adequado de refino e cristalização, garantindo padrões de pureza e qualidade compatíveis com o consumo humano, com ausência de microrganismos patogênicos, contaminantes ou substâncias tóxicas, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as boas práticas de fabricação aplicáveis à indústria alimentícia.</p> <p>3. Acondicionamento e Rotulagem</p> <p>· Embalagem Primária: Acondicionado em embalagem plástica de polietileno transparente,</p>			
--	--	--	--

<p>atóxica e hermeticamente selada, com resistência mecânica para suportar o manuseio e transporte sem rupturas.</p> <p>· Apresentação: Pacotes com peso líquido de 2 kg.</p> <p>· Rotulagem: Deve conter, de forma legível e em língua portuguesa: identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e selos de inspeção/registro nos órgãos competentes.</p> <p>4. Validade e Entrega</p> <p>· Prazo de Validade: o produto deverá possuir prazo de validade mínimo correspondente a 75% do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega nas unidades da Defensoria Pública.</p> <p>· Condições de Entrega: O produto deve ser entregue em fardos (embalagem secundária) limpos e íntegros. Não serão aceitos pacotes com sinais de violação, furos, umidade ou presença de insetos.</p>			
--	--	--	--

1

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

2.1. As despesas decorrentes da presente Ordem de Fornecimento correrão à conta da Atividade: **XX.XX.XXX.XX.XXX.XXXX.XXXX**, Elemento de Despesa: **X.X.XX.XX**, Fonte: **XXXX**, do orçamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2.2. Foi emitido empenho nº **XXXXXXXX** na data de **XX/XX/XXX**, no valor total de R\$ **XXX (XXXX)**, para cobrir a despesa desta Autorização.

3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará a Contratada pelos serviços prestados até o vigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal/comissão de recebimento e em sua ausência por seu suplente, vedada a antecipação.

4. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1. Compete à Contratada cumprir as demais exigências constantes do processo **00000425/2026** em especial o termo de referência.

Vitória, ____ de _____ de 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO